

Uma questão de educação

ANTÔNIO JESUS COSENZA

É inacreditável, mas “não corremos o risco de melhorar”. Mais uma vez, não temos um governo com intenção de atacar nosso maior problema: a educação para a especialização da mão-de-obra. Enquanto no mundo desenvolvido as empresas iniciam a era da competição através do intelecto, do talento, o Brasil ainda imagina poder competir com mão-de-obra barata e abundância de recursos naturais. O Japão já comprovou que a escassez desses recursos não é fator impeditivo do desenvolvimento, mas a educação, a mão-de-obra qualificada, especializada, quando escassa ou inexistente, torna-se uma barreira intransponível.



No País, é cada vez menor o número de pessoas que se dedica ao magistério. A principal causa é o baixo nível salarial dos docentes — há Estados onde um professor primário não recebe sequer um salário mínimo —, aliado ao desrespeito pela categoria. O governo brasileiro ainda não se conscientizou da importância da educação e do papel do Estado de proporcioná-la a toda a população. As prioridades são definidas com propósitos políticos e eleitorais. Afinal, é mais fácil aliciar votos de uma massa ignorante do que conquistá-los numa comunidade instruída e, portanto, politizada. No primeiro caso, bastam dis-

ursos e promessas populistas vazias. No segundo, é preciso programas de governo viáveis e abrangentes, que tenham coerência estratégica e um pensamento de continuidade prolongada, que não privilegie setores isolados da elite empresarial.

O governo do Rio de Janeiro conseguiu se realizar graças a um programa falsamente chamado de educacional. De fato, o programa dos Cieps não passou de um grande incentivo ao setor de construção civil, eterno financiador de campanhas eleitorais. O número de Cieps inacabados e abandonados é prova da intenção que levou à sua instituição: garantir recursos para a reeleição do governador. Não se pensa em habilitar professores. Nem em educar crianças. Mas sua construção cumpriu o objetivo: reelegeu o governador, garantindo a preservação do estado caótico em que se encontra a comunidade fluminense e toda a licenciosidade para a contravenção e o crime. O lucro, mais uma vez, não foi da sociedade.

Agora, também no âmbito federal, dinamizou-se a máquina de propaganda com campanhas milionárias. As agências de publicidade e comunicação se locupletaram e, em contrapartida, prestarão inestimáveis serviços nas próximas eleições. Os Ciacs são a última palavra em termos de populismo. Em nome da defesa da criança, da educação, engorda-se a verba das construtoras e se veta o “aumento” de 147% para os aposentados. É preciso correr cada vez mais rápido para assegurar os recursos da próxima campanha eleitoral. Os técnicos bem intencionados abandonaram o projeto ao perceberem a farsa. Mais uma

vez, em nome da escola pública, se joga dinheiro em cimento e ferro e nada em desenvolvimento de talento e em livros.

É preciso reabilitar, sim, a escola pública. Quando todos nós estudamos em escola pública, o prédio era o que menos contava. As escolas isoladas, nas fazendas, o professor era levado de trem, de carroça, trator, charrete, para dar aula em barracões — o mestre era habilitado, e muito, e os alunos, filhos dos colonos, aprendiam, e muito. Havia respeito pelo magistério e, maior, pelo mestre. A remuneração, se não era justa, pelo menos garantia um padrão de vida adequado ao educador. Muitas vezes, não havia nem material suficiente — giz, carteiras, etc. —, mas, mesmo em papel de pão e sentadas duas ou três no mesmo banco, as crianças aprendiam, contentes, e saíam sabendo. Hoje, cuida-se da forma. O prédio e as instalações vêm em primeiro lugar — mas para serem ocupados por que professores, se não há disponibilidade nem recursos para tal?

Hoje, o programa dos Ciacs é mais um programa do setor de construção civil. E infantil, até pela ingenuidade com que se pensa poder enganar a todos. Enquanto o mundo todo procura incentivar e desenvolver ao máximo o seu potencial de talentos, nós continuamos com políticas clientelistas e de curto prazo. Que não vão aumentar a nossa capacidade para competir internacionalmente, mas, seguramente, nos lançarão, sem concorrência, no Quinto Mundo.

■ Antônio Jesus Cosenza é professor da EAESP-FGV